

Editorial 130 – Crédito à Produção: Avanços lentos e obstáculos no 2.º Trimestre de 2025

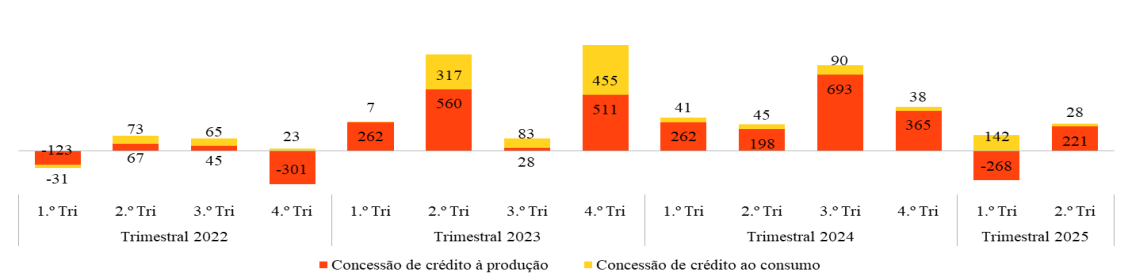
Bernardo Vaz

Após um crescimento substancial no 3.º Trimestre de 2024, o crédito à produção tornou-se negativo no 1.º Trimestre e cresceu muito ligeiramente no 2.º Trimestre de 2025.

O crédito líquido à produção foi negativo nos 1.º e 4.º Trimestres de 2022 e no 1.º Trimestre de 2025, aceitável apenas nos 2.º e 4.º Trimestres de 2023 e no 3.º Trimestre de 2024, e anémico nos restantes. Ou seja: 3 Trimestres razoáveis, 3 Trimestres negativos e 8 Trimestres anémicos.

De notar que há uma distorção nestes valores resultante da variação cambial. Um crédito de 1.000 USD valia, no início de Maio de 2023, cerca de 505 mil Kwanzas e, no fim de Junho, cerca de 822 mil. A fraca concessão efectiva de crédito deu a estas variações cambiais um peso significativo: entre 2021 e 2022, no sentido descendente (aparente menor crédito concedido), e em 2023, no sentido ascendente (maior crédito concedido), havendo tendência mista em 2024. Não tendo dados sobre o volume de stocks de crédito em moeda externa, apenas podemos alertar o leitor para ter em conta estas circunstâncias na sua leitura. Contudo, a estabilidade cambial desde há cerca de um ano tem minimizado esta questão.

Gráfico 01 | Concessão de crédito nominal (em mil milhões de Kwanzas)



Fonte: Elaboração própria | com base nos dados do BNA

Desde o 1.º Trimestre de 2022 até ao 2.º Trimestre de 2025, o crédito nominal à produção totalizou cerca de 2.519 mil milhões de Kwanzas, com um valor médio de 60 mil milhões por mês — claramente insuficiente para os desafios da economia angolana. O crédito às famílias somou 1.377 mil milhões de Kwanzas, representando 35% do crédito total. O problema principal parece estar na oferta de crédito por parte da banca, que continua a evitar alterar o seu modelo de negócio, aumentando o risco e os capitais. A banca privilegia sobretudo o crédito ao Estado, porque tem taxas mais elevadas e risco reduzido. Não é fácil alterar a situação. Nestas condições:

- é fundamental não se acrescentarem critérios que, para além da análise do negócio, compliquem ainda mais a concessão de crédito; todo o crédito à produção e à habitação é bom;

- o Estado deve reduzir o seu peso no crédito, baixando a despesa pública e obrigando os bancos a procurarem formas alternativas de remunerar o seu capital;
- é urgente titular a propriedade, sobretudo a imobiliária e fundiária, promovendo um mercado de venda de propriedades que reduza o risco da banca;
- ter garantias reais é fundamental, mas os bancos não se interessarão em ter mais hipotecas se não existir um mercado de propriedades activo e de elevada liquidez.

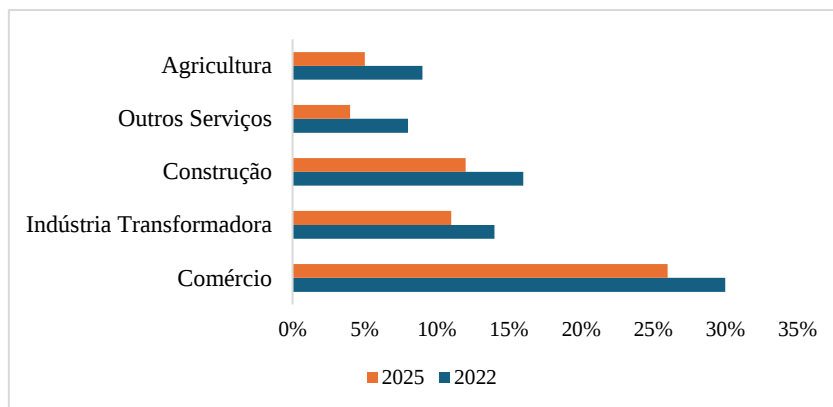
Para a dinamização do mercado, é necessário que não se coloquem entraves às transacções e que a execução das garantias seja célere. Isso pressupõe, como contrapartida, a criação de mecanismos de protecção mais eficazes para os casos de insolvência, garantindo a protecção pelo Estado das pessoas envolvidas, mas sem prejudicar os direitos dos credores a receberem o seu quinhão e a poderem, rapidamente, liquidificá-lo. Nenhum destes problemas está, até hoje, resolvido satisfatoriamente. Pelo contrário, as normas existentes criam entraves à sua resolução.

A par dos sistemas de crédito formais, os negócios recorrem a esquemas alternativos de crédito, nomeadamente o crédito mutualista sem juros, conhecido como *Kixikila*, e o crédito particular com taxas de juro elevadíssimas, superiores a 100% ao ano, bem como o crédito pessoal para financiar os negócios. Os esquemas de micro-crédito praticamente não funcionam: quando concedidos ao abrigo de programas do Estado, são tidos como apoios não reembolsáveis e não como empréstimos. Há quase tudo a fazer no que diz respeito ao crédito aos pequenos negócios; de momento, o micro-crédito satisfaz apenas uma percentagem muito reduzida da procura.

A distribuição percentual entre o stock de crédito à produção e ao consumo, desde o 1.º Trimestre de 2022 até ao 2.º Trimestre de 2025, é agora de 65/35. No início de 2024, era de 80/20; nesse ano melhorou para 88/12 e, em 2025, melhorou ainda mais para 89/11. É positivo que o crédito à produção tenda a ser dominante, mas, infelizmente, o volume continua muito reduzido.

Comparando o 2.º Trimestre de 2022 e o 2.º Trimestre de 2025, os 3 sectores de maior peso (comércio, construção e indústria) passaram de 60% para 49% e os 5 primeiros de 77% para 58%. Apesar da evolução positiva, a estrutura do crédito mantém-se muito concentrada. Neste período, o Comércio desceu de 30% para 26%, a Indústria Transformadora de 14% para 11%, a Construção de 16% para 12%, e os Outros Serviços de 8% para 4%. Já a Agricultura desceu consideravelmente, de 9% para 5%.

Gráfico 02 | Evolução do crédito por sector de actividade



Fonte: Elaboração própria | com base nos dados do BNA

Conclusão

O retrato do crédito à produção em Angola no 2.º Trimestre de 2025 revela avanços tímidos e insuficientes para sustentar o crescimento e a diversificação económica. Apesar de melhorias percentuais na distribuição, o volume de crédito continua baixo, a concentração sectorial persiste e as barreiras institucionais dificultam o acesso. Enquanto a banca mantiver o foco no Estado e não existir um mercado imobiliário dinâmico com garantias reais, a transformação estrutural será lenta. O desafio é enorme: é preciso estimular a produção interna não-petrolífera através do apoio aos instrumentos de crédito, nomeadamente contribuindo para a resolução dos problemas de apresentação oficial dos projectos, formalizando a propriedade para permitir a garantia dos créditos, libertando-a dos entraves à sua livre comercialização e usando a política monetária e a orçamental para a bonificação dos juros à produção.